

Programa de interiorização da saúde vai cobrir todo o País

Da sucursal de
BRASÍLIA

Ver aprovada pelo CDS a Política Nacional de Saúde e regulamentado seu sistema, continua sendo o sonho acalentado nos últimos 12 anos pelos seis ministros que administraram a saúde do País a partir de fevereiro de 1967, quando o Ministério assumiu legalmente a formulação e a coordenação de uma política para o setor, pelo Decreto-Lei nº 200 — 78 anos depois de proclamada a República no Brasil.

Entretanto, o primeiro passo para a efetivação do Sistema Nacional de Saúde (SNS) foi dado ontem — ao ser comemorado o 90º aniversário da Proclamação da República — com a aprovação, pelo CDS, da expansão, por todo o território, do Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento (Piass), meta prioritária ao atual governo, mas já esboçada timidamente em alguns Estados nordestinos desde a administração passada.

A medida foi destacada pelo ministro Waldyr Arcoverde, da Saúde, como o início para a “democratização” do atendimento sanitário. Em breve discurso que fez ontem à tarde para os funcionários do Ministério, pela passagem dos 90 anos de República, ele salientou: “Caminhamos para o estabelecimento de uma integração de atividades com a criação de uma rede básica de saúde, na qual se apoiará o SNS, estrutura que nos permitirá a democratização do atendi-

mento e a elevação dos níveis de saúde em todo o território nacional”.

Abertura

Ele comparou a democratização da saúde com a pretendida abertura política anunciada no atual governo: “Ao longo desses 90 anos de República que hoje comemoramos tivemos no setor saúde momentos de crise e de superação dessas crises que, necessariamente não acompanharam o termômetro político, mas, que, no cômputo geral, apresentam pontos em comum”.

Em seguida, retornou ao ano de 1889, relembrando a democracia então vivida pelo Brasil. Salientou o ministro que “há exatamente 90 anos, assumíamos como Nação perante o mundo, um regime político baseado na submissão à vontade popular expressa pela determinação da maioria.



Waldyr Arcoverde

Inaugurávamos uma nova era onde o poder dirigente emanava do povo, para o povo e pelo povo”.

Segundo Arcoverde, a República brasileira nasceu em um momento em que os conceitos mundiais sobre saúde pública no País não era dos mais lisonjeiros: “As epidemias afugentavam de nossos portos os barcos estrangeiros e cidades como o Rio de Janeiro eram evitadas pelas companhias de navegação pelo temor do contágio das doenças”.

Omissão

Contribuindo para aumentar o problema vivido na época, disse o ministro que a primeira Constituição da República não fazia nenhuma referência à saúde pública, ficando esta parte restrita a uma diretoria do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Só 45 anos depois, em 1934, a saúde pública foi agregada à educação, compondo o Ministério da Educação e Saúde. Naquele tempo — afirmou o ministro —, a situação sanitária do País já havia se recuperado dos baixos índices de audiência no conceito internacional. Mas, somente em julho de 1953 — 64 anos após a proclamação da República —, houve o desdobramento do antigo Ministério em duas Pastas distintas: Educação e Cultura, e Saúde, recebendo esta última as atribuições e órgãos atinentes à saúde e à criança.